



Joana Das Flores Duarte

Patricia Krieger Grossi

Ana Rita Costa Coutinho

Marcelo Bonhemberger

Lucas Antunes Machado

JUVENTUDES, GÊNERO E CONSUMO NA SOCIEDADE DE CLASSES

RESUMO

Estudo qualitativo descritivo, norteado pelo método dialético-crítico, sobre as experiências sociais de 16 jovens adolescentes privadas de liberdade no Centro de Atendimento Sócio-Educativo Feminino (CASEF) e sua relação com o tráfico de drogas. As jovens estão inseridas em um contexto sócioeconômico excludente e desigual, exacerbado pela sociedade de consumo que condiciona seus modos e condições de vida. Conclui-se que a visibilidade da jovem, através da inserção no tráfico de drogas, assume um caráter de status, notoriedade no território que ocupa, um poder, que mesmo efêmero, condiciona suas escolhas e limita suas opções, quando o desejo é a saída.

Palavras-chaves: Juventudes; Gênero; Consumo.

ABSTRACT

Descriptive qualitative study guided by the dialectical-critical method on the social experiences of 16 young adolescents deprived of freedom in the Socio-Educational Female Service Center (CASEF) and its relation to drug trafficking. The young are inserted into an exclusionary and unequal socioeconomic context, exacerbated by consumer society that determines their ways and living conditions. It is concluded that the visibility of the young, by inserting in drug trafficking, assumes a status character, reputation in the territory it occupies, a power that even ephemeral, affects their choices and limits their options when the desire is the output .

Keywords : Youth ; Gender; Consumption.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo versa sobre as experiências sociais de jovens adolescentes privadas de liberdade no Centro de Atendimento Sócio-Educativo Feminino (CASEF), única unidade de privação de liberdade feminina no Rio Grande do Sul. Essas jovens estão inseridas em um contexto sócioeconômico excludente e desigual, exacerbado pela sociedade de consumo que condiciona seus modos e condições de vida, sendo um dos fatores determinantes do ato infracional.

Muitas das jovens estavam envolvidas em delitos como o tráfico de drogas. A visibilidade da jovem, através da inserção no tráfico de drogas, assume um caráter de status, notoriedade no território que ocupa, um poder, que mesmo efêmero, condiciona suas escolhas e limita suas opções, quando o desejo é a saída. Como uma via de mão única, a jovem segue o caminho tortuoso, enredada por uma teia de relações familiares, comunitárias, sociais, institucionais e culturais que perpetuam as desigualdades de gênero, raça/etnia e geração, constituindo-se em clivagens de uma violência invisibilizada.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa, de natureza qualitativa e norteada pelo método dialético-crítico versa sobre as experiências sociais das adolescentes privadas de liberdade e situa o fenômeno em seu contexto histórico-social, ao considerar que o mesmo é resultante de um conjunto de relações que revelam uma realidade concreta plasmadas no conflito de classes e que, portanto, é parte de uma estrutura social estratificada. Segundo Prates (2003, p. 01), o método dialético-crítico guarda relação direta com a práxis profissional, “por interpretar o conjunto de instrumentos e técnicas como elementos que compõem o método enquanto unidade dialética, como estratégias de mediação”. A pesquisa foi norteada por categorias teóricas tais como historicidade, contradição e totalidade, buscando desvendar suas interconexões, interpretando o fenômeno privação de liberdade e a medida socioeducativa destinada às jovens autoras de ato infracional. Dezesesseis jovens, de 15 a 18 anos, foram entrevistadas no CASEF em 2015 e seis profissionais da Unidade. As entrevistas foram gravadas, transcritas e o corpus foi submetido à análise de conteúdo de Bardin (2011). O projeto foi aprovado pela comissão científica acadêmica e pelo Comitê de Ética Institucional. Todas as participantes assinaram o termo de consentimento informado livre e esclarecido, sendo suas identidades preservadas.

3. JUVENTUDES E GÊNERO

O contexto identitário sobre o pertencimento ao sexo feminino e/ou masculino se caracteriza por diferenças que, muito embora, possam ter, na sua gênese, um fundamento biológico, são disparidades de ordem social que, muitas vezes, se transforma em desigualdades e discriminação em função do gênero. O nervo exposto sobre essa polarização nos instiga a pensar criticamente acerca do conceito de gênero enquanto pressuposto central à reflexão.

Conforme menciona a filósofa norte-americana Butler (2003, p. 26):

Quando a cultura relevante que constrói o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino.

Os condicionamentos culturais impostos por uma determinada forma de conceber a identidade de gênero, pode acarretar na discussão filosófica entre livre-arbítrio e determinismo. A questão subjacente é expressada no problema em conciliar a consciência cotidiana de nós mesmos como agentes livres, com a ciência. A partir

disso, o determinismo é uma parte da questão ao defender leis imutáveis, regidas por relações de causalidade que ignoram fatores de indeterminação (BLACKBURN, 1997). Como explica Butler (2003, p. 28), “embora os cientistas sociais se refiram ao gênero como um ‘fator’ ou ‘dimensão’ da análise, ele também é aplicado a pessoas reais como uma ‘marca’ de diferença biológica, linguística e/ou cultural”.

O discurso científico sobre o sexo, no século XIX, era transpassado de *credulidades imemoráveis* e de *ofuscações sistemáticas* (FOUCAULT, 1988). Atualmente o discurso sobre o sexo se traduz a respeito da identidade de gênero, e sem dúvida, nisso está o ponto essencial de discussão. Negá-la, inviabilizá-la, mascará-la seria negar uma petição importante do saber, se pensarmos em Foucault, e não saber reconhecer uma “peripécia da vontade de verdade” (FOUCAULT, 1988, p. 55). O termo gênero é timidamente usado no Brasil a partir dos anos 80. Enfocado como uma categoria de análise, gênero é constituinte da identidade dos sujeitos (LOURO, 1997).

A introdução da categoria de gênero nos estudos feministas estabeleceu um novo olhar sobre a desigualdade promovida entre os sexos. As relações de gênero são também entendidas como relações de poder (SCOTT, 1990). O desenvolvimento do conceito de gênero opera uma desconstrução das categorias “sexo feminino/sexo masculino”, apontando a naturalização destes aspectos sociais antes tidos como de caráter biológico. Seu uso aponta para o caráter social das desigualdades estabelecidas entre os sexos, “visa desmistificar papéis e qualidades construídas socialmente, mas naturalmente atribuídas às mulheres e aos homens” (CISNE, 2012, p.51).

Logo, gênero também pode ser compreendido como “símbolos culturais evocadores de representações, organizações conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais” (SCOTT apud SAFFIOTI, 2004, p. 47). Ao afirmar que as relações de gênero foram categorias socialmente construídas, também é aceito o seu caráter transversal que, assumido no cotidiano, atribui, da mesma forma, as diferenças de classe social, econômicas e étnico-raciais e geracionais, que perpassam as relações de gênero, como destaca Izumino (2004):

A categoria de gênero foi utilizada para designar as relações sociais entre os sexos, reordenando as definições dos papéis sexuais, enquanto papéis socialmente definidos para os sexos. “Seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas [...] o gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as construções sociais – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e mulheres”. (IZUMINO, 2004, p. 91)

Dessa forma, homens e mulheres vivem sob dadas condições objetivas e subjetivas que são produto dessas relações. A construção social dos “sexos” tem sua raiz nas bases estruturais da sociedade de produção, cujas necessidades humanas têm na sociabilidade sua determinação central. De outra forma, significa também dizer que são produtos dessas relações, no entanto, suas resistências se efetivam na dialética da relação entre objetividade e subjetividade, entre ser e consciência.

A construção da identidade das jovens adolescentes passa pelas dimensões objetiva e subjetiva da constituição dos sujeitos e dos aspectos não só biológicos, mas culturais, sociais e econômicos, considerando a dimensão de totalidade que incide sobre a formação humana (SAFFIOTI, 2013). Assim, atenção para a desigualdade de gênero, que no capitalismo atinge o processo de sociabilidade, incide na construção do papel das adolescentes que praticaram o ato infracional.

O capitalismo instaura o distanciamento do sexo feminino no processo de produção da riqueza social, diferentemente do que acontecia nas sociedades pré-capitalistas sendo que, embora a mulher fosse politicamente inferior ao homem, ela podia participar do sistema produtivo (SAFFIOTI, 2013). Assim, o contexto sócio-histórico pode ser entendido como o palco onde estas determinações atuam para a produção de mudanças no modo de vida. Para Saffioti (2013, p.19), “o capitalismo não criou a inferiorização social feminina, no entanto, aproveita-se do imenso contingente feminino para acirrar a disputa pelo poder, com isso aprofunda-se a desigualdade entre os sexos”. Desse modo, pensar as desigualdades de gênero pressupõe permear a lógica de construção social da sociedade capitalista, e todas as suas determinações no modo de vida das jovens adolescentes do estudo.

Quando analisamos a categoria gênero e suas interfaces com o conceito geracional, as assimetrias de gênero são tidas como produtos dessas relações. Pensando na dimensão cultural, seu caráter multidimensional está relacionado diretamente ao comportamento social, e também a modelação social dos corpos sexuados. O funk ostentação é visto como algo luxuoso entre as jovens e para muitas, a beleza é algo que pode ser comprado e consumido. O consumo passa a ser a via para a aceitação social, para o pertencimento e status, em uma sociedade, marcada por processos de exclusão.

4. JUVENTUDES E O CONSUMO

A sociedade de consumo originou-se com a Revolução Industrial, primeiramente verificado na Inglaterra, no final do século XVIII. Uma das principais características desta sociedade é o seu alicerce no capitalismo do tipo monopolista de

Estado, cuja fase é marcada pelo tripé burguesia nacional-Estado-burguesia local. Portanto, a fim de viabilizar politicamente a expansão industrial, o Estado, procura na burguesia, o apoio e o capital necessários (PIETROCOLLA, 1989 apud SANTOS e GROSSI, 2007).

Insatisfação, compulsão, criação de novas necessidades, desejo de obtenção de lucro são os pilares para a construção e desenvolvimento da sociedade de consumo. Quanto maior for a posse de bens de um indivíduo, maior será seu prestígio social. Deste modo, a sociedade de consumo tem como lógica a criação de novas necessidades que se traduzem na criação de novos bens de consumo (PIETROCOLLA, 1989, p. 37-38).

Para algumas das jovens entrevistadas, existe uma caracterização, através dos signos da ostentação, simbolizado pelo uso de correntes de prata ou ouro, drogas, armas e dinheiro. No território onde vivem, esses símbolos conferem uma certa notoriedade e respeito, pois passam a fazer parte da sociedade do consumo, empreendem a ideia de mulheres independentes e assumem novos papéis em virtude da densidade social.

O “remédio” do século XXI vem sendo o consumo, com o propósito de satisfazer desejos, suprir carências ou criar coragem para projetar ambições. As relações interpessoais também vêm passando, cada vez mais, pela perspectiva da materialização; ou seja, através de objetos, a sociedade vem procurando atingir a estabilidade emocional e a autoafirmação. Conseqüentemente, possuir ou acumular vem se configurando como verdadeiro signo, sobretudo quando a intenção é relacionamento. Inúmeras vezes, o afeto tem sido colocado numa escala secundária, neste novo sistema cultural que se formou a partir de um desejo irreprimível de consumir (SANTOS e GROSSI, 2008, p.62).

Ainda que, em suas narrativas, as jovens entrevistadas, projetem uma “ascensão” no tráfico, ou assumam um posto mais elevado na facção, o desígnio de classe social e patriarcal torna-se evidente. Na escala produtiva da sociedade capitalista, são responsáveis por ocuparem os postos mais precários e executarem o serviço de maior risco. De modo geral, estão inseridas em territórios que dialogam com a mesma invisibilidade, mas é preciso salientar que, o ingresso no tráfico, não necessariamente é resposta para a condição de pobreza, isso seria um equívoco e ao mesmo tempo um discurso segregacionista e criminalizatório dos sujeitos que habitam as periferias.

O debate central está nas experiências sociais das adolescentes somadas às novas transformações societárias, e como a lógica fetichista, incorpora também segmentos antes invisíveis ao poder de compra. O processo de globalização da cultura e do capital, foi e continua sendo determinante na produção de sociabilidades

emergentes e pactuadas no consumo. A questão do consumo também está presente na narrativa dessa profissional que atua com as jovens do CASEF:

A sociedade vende a ideia do consumismo, então a guria vai querer consumir também. As roupas, a ostentação, tudo isso é resultado da sociedade. São valores imediatos. É o tênis, a calça, o boné e a selfie para ostentar. Então, às vezes acaba comentando um ato infracional para ter. Todo um simbolismo é criado pelo capitalismo. O consumo é vendido como uma coisa que vai dar felicidade. Lembro muito da propaganda da Coca-Cola "abra a felicidade" (Profissional, 03).

A mídia também contribui para a formação de uma sociedade de consumo através do marketing. A mídia transmite imagens ao vivo em tempo real (não só na televisão aberta, mas na televisão a cabo, e na internet) e tem o poder de conectar-se à sociedade global e acirrar as desigualdades sociais através das diferentes formas de exclusão nos planos culturais, econômicos e sociais. Podemos até chegar a dizer que vivemos em uma sociedade midiocrática, uma ditadura da mídia que impõe desde padrões de consumo até padrões estéticos, que afetam principalmente as meninas. A mídia tornou-se tão poderosa ao transmitir verdades hegemônicas, que muitas vezes não são questionadas, são tomadas como certezas e são incorporadas ao nosso discurso de senso-comum (SANTOS e GROSSI, 2007). Essa massificação é extensa, o que só aprofunda as desigualdades sociais e o anúncio da ausência de cidadania. Posto isto, é evidente que a feitiçização da técnica e a reificação deixam claro que as reconciliações entre desejo e cultura, indivíduo e sociedade estão longe de acontecer (ZUIM, 2001).

Às juventudes encontra-se uma infinidade de possibilidades de informação e mercadores para consumo que, com a mesma intensidade e velocidade que chegam ao mercado, são retiradas e substituídas por novas mercadores e novos “*modus vivendi*”, ao passo que, cabe às jovens, possuir flexibilidade social e cognitiva para se adaptar. Na atualidade, é praticamente impossível resistir aos apelos sedutores da indústria cultural, sobretudo em uma sociedade em que a reprodução da cultura prioriza a comercialização de seus produtos sob as mais diversas embalagens (ZUIM, 1995). Assim, não restam dúvidas dos limites a que estão expostas as juventudes, sobretudo ao que se refere aos processos formativos, no contexto de uma sociedade em que prevalece a racionalidade instrumental, amparada pelo poder ideológico da indústria cultural (GOMES, 2010).

Por mais precárias que sejam suas inserções no tecido social, a cultura global capta também estes segmentos e, por vezes, de forma mais agressiva e alienadora.

As jovens habitantes das periferias, bicos, vilas, também se expressam e se sociabilizam a partir dos símbolos mundialmente circulantes. O culto à mercadoria produz o fetichismo¹ que de modo perverso consegue homogeneizar as diferenças de classes ao estabelecer “a riqueza como algo exterior ao homem e independente dele: como algo que possui o caráter de objetividade absoluta”. Contudo, é exclusiva e demarcada para um segmento social com poder real de compra e acesso (MÉSZÁROS, 2006, p.123).

É preciso, então, que se atente às expressões culturais produzidas nos territórios periféricos, o *estilo ostentação* referenciado na música tem muito a nos dizer de como cotidianamente o fetichismo é reificado.

O funk da ostentação é a vida na vila. Quanto mais tu ostenta drogas, mulher, dinheiro, mais poderoso tu é. Na última visita, a mãe disse: “o Jon morreu. Era um guri que ostentava muito, muito mesmo. Gosto de ostentar roupas, correntes, tênis, gosto mesmo, na festa é muito bom. Mas, o que conta mesmo é droga e dinheiro do tráfico (Adolescente, Marcela).

É por esses condutos, que algumas das jovens, antes do ingresso no CASEF, vislumbraram no poder de compra e, por vezes no ato infracional, uma forma de legitimar-se socialmente, mas ao mesmo tempo, avaliam que o ingresso “no mundo do crime” guarda relação com as poucas possibilidades de escolhas somadas às condições de vida, por vezes precárias conforme a narrativa a seguir.

*Como ex patroa, eu sei muito bem como é a condição de quem faz essa escolha, porque isso não é escolha. A gente é escolhida. A minha história de vida é bem complicada... **meu envolvimento não foi só pelo poder, isso e bom, é muito, mas foi por necessidade de vida.** Como patroa, eu não precisava sair de casa para buscar alguma coisa, eu tinha na porta. As minhas roupas se “tu” for lá em casa vai ver que meu roupeiro é só marca. A gente estava direto no shopping, em todas as partes, em todos os lugares a gente comprava um calçado, uma roupa, um aparelho, então eu vivia daquilo (Adolescente, Guerreira).*

Deste modo, trabalho e autonomia colidem com diversas expressões de violências e invisibilidades, mas por serem estes fenômenos também constituidores do cotidiano, acabam sendo por vezes naturalizados. Essa efemeridade publiciza a dinâmica simultânea de acumulação da riqueza e da pobreza. Em estudo recente, Piketty (2014, p.257), sinaliza que a redução histórica da desigualdade da riqueza foi pequena, embora tenha ocorrido, mas que este fenômeno é reversível, justamente pelo acompanhado nível de concentração de riqueza que foi extremo e prolongado durante todo o século XIX, principalmente na Europa.

¹ Os homens vivem, então, num mundo de mercadorias, um mundo de fetiches. Mas o fetichismo da mercadoria se prolonga e amplifica no fetichismo do capital. [...] O enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante (MARX, 1996, p.33-206).

Neste aspecto não se pode negligenciar as políticas sociais de ações afirmativas e os demais programas de cunho monetarista que, na realidade brasileira, de certo modo, ascenderam uma ínfima melhoria na vida das pessoas, possibilitando que sujeitos e grupos identitários historicamente invisibilizados ingressassem na esfera pública a fim de requererem seus direitos, o que de certo modo “produz conflitos de classe e lutas sociais por maiores ganhos relacionados à ideia de igualdade. (PEREIRA, 2013, p. 61).

“Esses aspectos são muito importantes para a avaliação da alienação [...] e a enorme complexidade do consumo”. Pauta percebida pelo Governo como conquista política e de ordem democrática. Todavia, o consumo não é “algo passivo” “não haveria produção sem necessidade de consumo” (MÉSZÁROS, 2006, p,186). É, portanto, uma parte fundante e necessária ao modo de produção e que nesse contexto, não só individualiza como anula a capacidade de criação, pois atende a lógica mercantil e ao mesmo tempo reduz a sociabilidade ao nível das coisas. Efeito esse visível na insatisfação da população que agora tem esse “poder de acesso” restrito, o Governo ao invés de ter grassado a consciência de classe social, investiu no consumo em massa e o resultado não poderia ser outro.

É nesse contexto que o segmento juvenil se constitui enquanto *marketing* mais precioso na perspectiva de desenvolvimento global de mercado e incentivo à cultura de massas. Aos/as jovens recai a responsabilidade de futuridade vista sob o prisma do progresso econômico enquanto força de trabalho, mas ao mesmo tempo, associado a um conceito de juventude que se legitima pelo poder de compra. Isso não significa que segmentos das juventudes se posicionem de forma adversa, todavia, o que se descreve é um “modelo” vendido e disseminado e que de fato evidencia um maior número de jovens alinhados a tais perspectivas.

A limitação aqui apontada não guarda relação com uma suposta incapacidade de lutas sociais, ou supor que o segmento juvenil seja acrítico, mas trata-se de analisar a dimensão em que se encontra uma categoria formada num bojo societário com “profundas simetrias as ideologias fascistas e nazistas” (SILVA, et. al, 2014).

Por outro lado, as transformações societárias originárias do sistema capitalista produzem juventudes, e é exatamente aí que emergem as contradições que dão aberturas para a tomada de consciência destes sujeitos, ao passo que compreendem suas vivências em um sistema desigual. Tudo isso, só é possível quando são “[...] confrontados com os *mistérios* de sua própria construção – com referência à natureza

do próprio conhecimento, as determinações do desenvolvimento histórico, a relação entre “sujeito” e “objeto”, o “particular” e o “universal” etc.” (MÉSZÁROS, 2009, p.49).

Paradoxalmente é na promessa de liberdade imposta pelo sistema que as jovens adolescentes visibilizam seu aprisionamento e a “descaracterização de sua cidadania associada ao consumo” (IAMAMOTO, 2012). É nesse aspecto que o conflito ganha potencialidade tendo a sociedade civil papel de importância nas pressões e reivindicações frente ao Estado e no reconhecimento de sujeitos e segmentos historicamente invisibilizados. Dessa maneira, o mercado ao privilegiar-se de um segmento construído por ele, contraditoriamente propicia canais de publicização de suas desigualdades, de um sistema que não é para todos, mas que cria através da mercadoria a ilusão de que seja.

O discurso publicitário associa a juventude ao próprio ato de consumir. Ainda que o consumo cultural construa uma imagem positiva da juventude, a necessidade de condições sociais e econômicas nem sempre permite que os próprios jovens possam vivenciar as idealizações de que são objeto. A força da indústria cultural contribui de forma decisiva para uma série de exclusões e diferenciações entre as múltiplas condições juvenis.(CATTANI e GILIOLE, 2008, p.20)

Na concepção idealizada de juventude, fica evidente que “em certa medida, a experiência dos jovens burgueses, imprimiu o conteúdo da noção moderna de juventude, e que funciona até hoje como padrão ideal”. Esse “modelo” além de homogeneizador é também instrumento ideológico, porque nele se projeta a continuação do modelo societário vigente (ABRAMO, 2011, p.43). Aos/as jovens que não correspondem à essa idealização, passam a compor as políticas de enquadramento ou as estatísticas da política de extermínio.

5. CONCLUSÕES

A partir do exposto, nota-se a relação intrínseca entre aprofundamento da desigualdade social contemporânea e a sacralização da posse de mercadoria. Desta relação há repercussões na sociabilidade da juventude pobre. O cometimento do ato infracional, também pode ser compreendido enquanto estratégia de inserção e reconhecimento. Para este segmento, embora o consumo se realize e satisfaça as necessidades do mercado, a resposta do Estado dar-se-á mediante o controle repressivo, instaurando a política de tolerância zero (WACQUANT, 2001).

Por meio de suas instituições, o Estado, tende a desenvolver uma cultura orientada no controle e na punição. Cabe à repressão policial no território executá-la sob os sujeitos com “indícios de culpabilidade”, tudo em defesa do patrimônio privado. Para Adorno (2000, p. 132) a crescente repressão policial está articulada com o

mesmo projeto do regime militar, pois a transitoriedade para a democracia não foi suficiente a ponto de romper o paradigma da “militarização da política de segurança”, porém o que mudou foram as “estratégias e táticas de guerra” agora direcionadas “ao inimigo comum - bandido”.

Quando o Estado diz abstratamente que, é preciso combater a criminalidade, se monta um aparato bélico para lutar contra alguma “coisa”. Entretanto, lutar contra algo abstrato que não figura materialidade propicia o espalhamento da ideia de punição enquanto técnica de enfrentamento. Assim, em nome da paz social, da ordem e do capital a *coisa* não precisa ter cara, ter nome ou identidade – “não é passível de luto”.

Nessa esteira, a atenção volta-se para as jovens que na contemporaneidade também correspondem à essa denominação. São elas “inimigas”, “transgressoras” e passíveis de punição, e assim passam a compor o escopo do “encarceramento em massa, sintoma dramático da criminalização da miséria” que “sinaliza para uma perigosa homogeneização: favelas/guetos e cárceres” (SERRA, 2011, p.04).

Urge a necessidade de repensar os modelos societários que impactam na subjetividade das jovens, reverberando em trajetórias sinuosas na busca de status e pertencimento em uma sociedade excludente que as incluem via consumo. A mercadorização das relações sociais exarcebada pela sociedade capitalista incide diretamente nas jovens desse estudo.

6. REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena. Condição Juvenil no Brasil contemporâneo. In: BRANCO, Pedro Paulo Martoni; ABRAMO, Helena Wendel; (Org). **Retratos da Juventude: Análises de uma pesquisa nacional**. Instituto de Cidadania, Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

ADORNO, Sérgio. Insegurança Versus Direitos Humanos: entre a lei e a ordem. **Tempo Social**; Ver. Sociol. USP. São Paulo, 11(2): 129-153, out.1999 (editado em fev.2000).

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo. Edições 70, 2011.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CATANI, A. M.; GILIOLI, R. S. P. **Culturas juvenis**: múltiplos olhares. São Paulo, SP: UNESP, 2008.p.20.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez,2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GOMES, Luiz Roberto. Teoria Crítica e Educação Políticas em Theodor Adorno. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 39, p. 286-296, 2010.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social Em tempo de Capital Fetiche**: Capital Financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2012, 7ª ed.

IZUMINO, Wânia Pasinato. **Justiça e violência contra a mulher**: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2004.

LOURO. Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARX, Karl. **O Capital**. Volume I. Livro Primeiro. Tradução Regis Barbosa e Flávio Kothe. ed. Nova Cultura 1996.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência**: determinação social do método. Tradução de Luciana Pudenzi, Francisco Raul Cornejo, Paulo Cezar Castanheira. Boitempo, São Paulo, 2006.

PEREIRA, Potyara . Estado, sociedade e esfera pública. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2013.

PIETROCOLLA, L. G. **Sociedade de consumo**. São Paulo: Global, 1989.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Tradução: Monica Baumgarten. 1º ed. Rio de Janeiro: editora Intrínseca, 2014.

PRATES, Jane Cruz. O Planejamento da pesquisa social. In: **Temporalis**, n.7, Porto Alegre, ABEPSS, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Andreia Mendes dos e GROSSI, Patricia Krieger. Infância comprada: hábitos de consumo na sociedade contemporânea. **Revista Textos & Contextos** Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 443-454. jul./dez. 2007.

_____.Mídia, sociedade de consumo e saúde: quando comprar torna-se um remédio. **Boletim da Saúde** 21 N2 - AGO2008, p. 61-66

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990. Disponível em: <https://ia600308.us.archive.org/21/items/scott_gender/scott_gender.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2014.

SERRA, Carlos Henrique Aguiar. Cultura punitiva e sociedade escópica: algumas considerações. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

SILVA, Adriana Brito da et al . A extrema-direita na atualidade. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo , n. 119, p. 407-445, Sept. 2014 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000300002&lng=en&nrm=iso>. access on 21 Apr. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282014000300002>.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001. Tradução, André Telles.

ZUIM, Antônio Álvaro Soares. Seduções e Simulacros – Considerações sobre a Indústria Cultural e os Paradigmas da Resistência e da Reprodução em Educação. In: PUCCI, Bruno. (Org.). **Teoria Crítica e Educação: A questão da formação cultural na Escola de Frankfurt**. Petrópolis , RJ: Vozes, 1995.

_____. Sobre a atualidade do Conceito de Indústria Cultural. **Cadernos Cedes**, n. 54, p. 09-18, 2001.